



# ORIENTAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE)



ufjf | AÇÕES AFIRMATIVAS

**NUCLEO DE APOIO À INCLUSAO (NAI/UFJF)**

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Marcus Vinícius David  
**Reitor**

Girlene Alves da Silva  
**Vice-reitora**

Ana Lúvia de Souza Coimbra  
**Pró-reitora de Extensão**

Eduardo Antônio Salomão Condé  
**Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças**

Jucilene Melandre da Silva  
**Pró-reitora Adjunta de Planejamento, Orçamento e Finanças**

Kátia Maria Silva de Oliveira e Castro  
**Pró-reitora de Gestão de Pessoas**

Marcos Souza Freitas  
**Pró-reitor de Assistência Estudantil**

Marcos Tanure Sanábio  
**Pró-reitor de Infraestrutura e Gestão**

Janezete Aparecida Purgato Marques  
**Pró-reitora Adjunta de Infraestrutura e Gestão**

Mônica Ribeiro de Oliveira  
**Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa**

Luis Paulo da Silva Barra  
**Pró-reitor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa**

Maria Carmem Simões Cardoso de Melo  
**Pró-reitora de Graduação**

Cassiano Caon Amorim  
**Pró-reitor Adjunto de Graduação**

Valéria de Faria Cristófarro  
**Pró-reitora de Cultura**

Rodrigo de Souza Filho  
**Secretário Geral**

Mara de Mendonça Loureiro  
**Chefe de Gabinete**

Frederico Augusto d'Ávila Riani  
**Assessor do Gabinete**

Márcio de Oliveira Guerra  
**Diretor de Imagem Institucional**

Julvan Moreira de Oliveira  
**Diretor de Ações Afirmativas**

Ignácio José Godinho Delgado  
**Diretor de Inovação**

Michèle Farage  
**Diretora de Avaliação Institucional**

Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert  
**Diretora de Relações Internacionais**

## **Equipe do NAI**

Katiuscia C. Vargas Antunes

**Coordenadora**

Mylene Cristina Santiago

**Vice-coordenadora**

Patrícia Tavella

**Psicóloga**

### **Tradutores Intérpretes de LIBRAS**

Aline Messias Miranda  
Ana Paula Santos Machado  
Camila Ribeiro Lisboa  
Chistiane de Sale Fereira  
Débora de Freitas Ribas  
Eduardo Andrade Gomes  
Fabiano Lucio Alântara Bonato  
Gabriela Pigozzo Tanus Cherp Martins  
Karina Emmanuelle de Souza Lopes  
Laíza Duarte Menezes  
Luciana de Assis Mirando  
Vânia Maria da Costa Miranda  
Wellington Santos de Paula

### **Bolsistas de Treinamento Profissional**

Ana Berenice Resende Melo  
Ana Carolina Pussente Ferreira  
Ana Julia Gusmão Balbi Filha  
André Sobrinho Campolina Martins  
Anna Clara de Melo Assis  
Beatriz Beire Sarmento de Mendonça  
Carolina de Oliveira Martins  
Ester Vargas Silva  
Gabriel Ferreira Fernandes  
Ícaro Siqueira de Moraes  
Isadora Matos Moreira  
Maiara Silva Nogueira  
Mariana Magna Silva Almeida  
Maristela Lucarelli Gonçalves  
Rafael Lima de Andrade

### **Organização**

Katiuscia C. Vargas Antunes  
Mylene Cristina Santiago  
Isadora Matos Moreira  
Ana Berenice Resende Melo

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO -----	5
2. SOBRE O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA) ---	7
3. ORIENTAÇÕES PARA PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA ACESSIBILIDADE NO ERE -----	9
3.1. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES -----	11
3.2. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES -----	12
3.3. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO -----	18
4. LINKS IMPORTANTE -----	18
5. REFERÊNCIAS -----	19

## 1. Apresentação

Frente ao cenário que se impõe em função da pandemia do COVID 19, estamos vivenciando um período de distanciamento social necessário que, entre outros limites, nos colocou diante da suspensão das atividades presenciais na UFJF. Neste contexto, em caráter de excepcionalidade, nos é imposta a necessidade de realizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma remota. O ensino remoto emergencial (ERE) exigirá de todos nós, servidores técnicos administrativos, docentes e estudantes, esforços para nos adaptarmos rapidamente a esse modelo de ensino. Muitas questões se impõem ao ERE e entre elas destacamos a inclusão e a acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência neste novo cenário.

O NAI, criado em 2018, tem entre suas atribuições a missão de:

- elaborar políticas institucionais para possibilitar o acesso, a permanência e a participação de servidores e estudantes com deficiências e outras necessidades especiais nos espaços, nas atividades acadêmicas e administrativas da UFJF;
- promover a intersetorialidade através da articulação de informações e ações no âmbito da universidade, no que se refere as culturas, políticas e práticas de inclusão, de modo a identificar e superar barreiras que impeçam a participação e acessibilidade de todos os (as) estudantes e servidores na UFJF;
- sistematizar junto aos Institutos e Faculdades da UFJF ações de apoio à inclusão de alunos (as) com deficiências e outras necessidades especiais no que se refere ao atendimento educacional especializado conforme previsto em Lei, e;
- organizar junto à equipe do NAI, constituída por profissionais que atuam ou atuarão no acolhimento e atendimento aos (às) estudantes e servidores da UFJF, processos de trabalho que visem implantar e implementar uma política de inclusão institucional.

Tendo em vista a missão destinada ao NAI, neste momento em que isolamento social imposto pela pandemia, culmina no ERE, vemo-nos diante da necessidade de enfrentarmos mais esse desafio, no que se refere ao processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) em seu art. 28, inciso XIII, estabelece que cabe “ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (...)”.

Nos termos da LBI (2015), são consideradas pessoas com deficiência: “aquelas com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Ao grupo de pessoas com deficiência, somam-se ainda, as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e pessoas com altas habilidades/superdotação.

Esses sujeitos, conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008) são considerados público-alvo da Educação Especial e é junto a esse público que o NAI atua na construção de culturas, políticas e práticas inclusivas na UFJF.

Um dos pilares da inclusão em educação é a acessibilidade, nas suas variadas formas: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e tecnológica. Na medida em que as barreiras à acessibilidade das pessoas com deficiência forem removidas, mais inclusivos serão os espaços, os serviços e a sociedade como um todo e, em particular, as instituições educacionais.

O que enfrentamos neste momento é a tarefa de promover a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência da UFJF no ERE. Sabendo das especificidades que envolvem os processos de aprendizagem desse público, elaboramos neste documento, algumas recomendações necessárias para que os docentes e demais servidores possam tornar o ERE mais inclusivo e acessível.

Um dos princípios que perpassam a garantia de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência aos conteúdos curriculares é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e é sobre ele que falaremos na próxima seção.

## 2. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

Para introduzir o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem, apresentaremos quatro dimensões que permitem uma compreensão do conceito de inclusão, em termos de princípios e de práticas, a saber:

- (i) a inclusão é um processo,**
- (ii) a inclusão interessa-se pela identificação e eliminação de barreiras,**
- (iii) a inclusão procura assegurar a presença, a participação e o sucesso de todos,**
- (iv) a inclusão dá particular ênfase à educação dos alunos em risco de marginalização, exclusão ou de baixo rendimento.**

O processo de inclusão em educação, portanto, exige mudanças significativas nos aspectos culturais e políticos, assim como no desenvolvimento práticas pedagógicas que garantam a aprendizagem de todos (as). Para além da implementação de medidas de que garantam o acesso ao ensino superior é importante equacionar recursos e processos pedagógicos que possibilitem, a aprendizagem e a participação de todos os alunos com e sem deficiência efetiva nos diferentes contextos formativos.

O Desenho Universal decorre do princípio da acessibilidade utilizado por arquitetos, o qual implica desenhar ambientes que possibilitem o acesso a todos, independentemente das suas necessidades físicas e cognitivas. Alguns autores (COUREY, TAPPE, SIKER & LEPAGE, 2012) consideram útil adaptar este princípio à educação, de modo a garantir a todos os (as) estudantes o acesso à aprendizagem.

O conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) corresponde a um **conjunto de princípios e estratégias relacionadas com o desenvolvimento curricular, que procura reduzir as barreiras ao ensino e à aprendizagem, está relacionado com práticas de ensino a serem desenvolvidas junto de alunos (as) com e sem deficiência, centrando-se na dimensão pedagógica.** Trata-se, portanto, de uma abordagem curricular que procura reduzir os fatores de natureza pedagógica que poderão dificultar o processo de ensino e de aprendizagem, assegurando assim o acesso, a participação e o sucesso de todos (as) os (as) alunos (as). (NUNES; MADUREIRA, 2015)

A abordagem do DUA permite ao docente desenvolver planos de trabalho que têm em conta a diversidade dos alunos, considerando o que aprendem, como aprendem e porque aprendem.

## Princípios do DUA:

1º princípio: “Os alunos diferem nos seus interesses e nas formas como podem ser envolvidos e motivado para aprender” Para aumentar o envolvimento dos alunos nas situações de aprendizagem os professores necessitam de “... perceber quais são os seus interesses, ajudá-los a manter e a persistir nos objetivos e a autorregular os comportamentos de aprendizagem”.

2º princípio: “Os alunos diferem no modo como percebem e compreendem a informação que lhes é apresentada” É necessário recorrer a diferentes formas de abordar o conteúdo a ensinar e as informações a dar, de modo a assegurar que a recepção de informação se realiza através da visão e/ou através da audição e do tato.

3º princípio: “Os alunos diferem no modo como podem participar nas situações de aprendizagem e expressar o que sabem” Não há um meio de ação e de expressão único para todos os alunos. O professor deverá possibilitar aos (às) alunos (as) a utilização de processos e meios diversificados que permitam a participação nas situações de aprendizagem, bem como a manifestação das competências adquiridas. O processo de avaliação dos(as) estudantes deve ser coerente, quer com o modo como cada um se envolve na aprendizagem, quer com a forma como revela o que aprendeu (RAPP, 2014).

O planeamento de aulas acessíveis a todos os (as) estudantes implica que, na definição das diversas componentes do currículo: objetivos, estratégias, recursos e materiais e avaliação, o (a) professor (a) tenha em consideração os princípios do DUA.



Em síntese – Desenho Universal para a Aprendizagem: abordagem curricular que propõe:

**i) responder às necessidades de diversos alunos;**

**ii) remover as barreiras à aprendizagem;**

**iii) flexibilizar o processo de ensino;**

**iv) permitir aos alunos formas alternativas de acesso e envolvimento na aprendizagem;**

**v) reduzir a necessidade de adaptações curriculares individuais, contribuindo assim para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.**

### **3. Orientações para proporcionar aos estudantes com deficiência acessibilidade no ERE**

A Resolução n. 33/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020, em seu Art. 1º regulamenta “a realização do Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos cursos de graduação presencial da UFJF, em caráter excepcional, seguindo as orientações de proteção à saúde no contexto da pandemia do novo coronavírus”. Nos parágrafos 1º e 2º a resolução deixa explícito que:

**§1º** - O ERE será adotado como uma alternativa que tem como princípios: qualidade acadêmica, inclusão, condições de trabalho e vigência emergencial.

**§2º**- O ERE será adotado temporariamente para desenvolver as atividades acadêmicas curriculares com mediação pedagógica a partir da utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação, possibilitando a interação estudante-docente-conhecimento.

Ainda conforme a resolução acima mencionada, no parágrafo 1º do Art. 4º fica estabelecido que: “ A Prograd trabalhará em estreita relação com o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) no desenvolvimento de ações que viabilizem o apoio dos (as) docentes e dos (as) discentes com deficiência, bem como que possibilitem o assessoramento aos (às) docentes na construção de conteúdos acessíveis e na adaptação de recursos didático-pedagógicos às necessidades desses (as) discentes”.

No que se refere ao desenvolvimento do ERE, a mesma Resolução afirma que:

**Art.6º-** É responsabilidade de cada docente incumbido do Ensino Remoto Emergencial, dentro de suas possibilidades de infraestrutura, considerando sua autonomia na condução do processo pedagógico:

**I** - Disponibilizar o plano de curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na semana seguinte ao término do período de acolhimento, para as atividades no formato remoto, orientando a distribuição da carga horária entre atividades síncronas, quando houver, e assíncronas;

**II** - Priorizar a realização de atividades assíncronas;

**III** - Apresentar o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) a ser adotado para o desenvolvimento do ERE sob sua orientação, dentre as opções institucionais indicadas pela UFJF;

**IV** - Orientar os (as) discentes matriculados (as) no ERE sobre a metodologia de avaliação de rendimento, garantindo que a aferição do aproveitamento será realizada em, ao menos, três oportunidades durante o período letivo, sendo que nenhuma das avaliações parciais poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da nota máxima, conforme o disposto no art. 33 e 35 do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG);

**V** - Dar preferência, no estabelecimento das referências bibliográficas, ao acervo digital já disponível na UFJF e aos materiais com licença livre ou domínio público.

Para além dos princípios gerais acerca do ERE, nos cabe neste documento, oferecer aos docentes e servidores princípios específicos para a promoção da inclusão e acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência a essa proposta de ensino. Iniciaremos, portanto, fazendo considerações sobre o planeamento das atividades; em seguida sobre o desenvolvimento das atividades e, por fim, sobre processos de avaliação.

### **3.1. Planeamento das atividades**

Ao planejar as atividades de ensino, seja na modalidade remota ou presencial de ensino, é necessário estarmos atentos para três perguntas básicas: **O que ensinar? Para quem ensinar? Como ensinar?** Ao responder a cada uma dessas perguntas, em especial as duas últimas, os (as) docentes precisam buscar conhecer seus (suas) alunos (as) e identificar se entre eles existe algum (a) estudante com deficiência. Portanto aqui vai a primeira orientação:

**Ao iniciar as atividades no ERE, os (as) docentes terão acesso às suas turmas. Pela lista de alunos não é possível identificar se existe algum estudante com deficiência, portanto, é necessário indagar ao grupo se entre os estudantes tem alguém nessa condição. Não é preciso ficar constrangido (a) ao realizar essa pergunta, afinal o termo pessoa com deficiência é utilizado na legislação vigente. Caso os (as) docentes prefiram podem perguntar se entre os (as) estudantes existe alguém com alguma deficiência ou necessidade educacional especial.**

Esse é o primeiro passo para que docente e estudante comecem a conversar e, juntos, construam estratégias de ensino mais adequadas às condições que o (a) estudante apresenta.

Conhecendo os princípios do DUA, já apresentados na seção 2 deste documento, os (as) docentes já podem pensar em estratégias mais acessíveis de apresentar os conteúdos das suas disciplinas. Entretanto, é preciso ter em mente que estratégias específicas de apresentação do conteúdo para estudantes com determinados tipos de deficiência serão necessárias. É disso que falaremos no próximo tópico.

## **3.2. Desenvolvimento das atividades**

Estudantes com determinados tipos de deficiência exigem dos (das) docentes algumas adaptações na forma como apresentam os conteúdos e realizam as propostas de atividades. Ao escolher os recursos metodológicos da disciplina os (as) docentes, que possuem alunos (as) com deficiência, precisam se indagar sobre como tais recursos podem ser mais acessíveis possível para esses (as) estudantes. Destacaremos a seguir as necessidades das pessoas com deficiência auditiva/surdez e com baixa visão/cegueira, grupos que consideramos necessitem de maiores adaptações no processo de ERE. Seguem algumas recomendações a respeito dessa questão:

### **I) Estudantes com deficiência auditiva/surdez:**

A pessoa surda usuária de Libras, tem um domínio da língua portuguesa, na maioria das vezes, muito restrito, pois para esse grupo o Português é considerado uma segunda língua. Neste caso, os (as) docentes, conhecendo essa limitação, precisam compreender que a escrita do (da) surdo (a) é bastante diferente do (da) estudante ouvinte, não podendo comparar ou desqualificar a qualidade do texto que um (uma) estudante surdo (a) apresenta.

Para que os (as) estudantes surdos (as) tenham a mesma oportunidade de aprendizagem que os demais alunos, os conteúdos de vídeo aulas, por exemplo, precisam ser interpretados e/ou traduzidos e apresentados numa janela de Libras. Esse é o recurso mais adequado para a acessibilidade dos estudantes surdos. Caso não haja a possibilidade de ter a janela de Libras nos vídeos ou vídeo aulas, é fundamental que esses recursos venham acompanhados de legenda na língua portuguesa.

Existem aplicativos de tradução digital gratuitos que tem aplicação limitada, mas podem ser utilizados em momentos específicos. Eles não substituem a atuação do (da) intérprete tradutor (a) de Libras, mas podem ser úteis.

Algumas pessoas surdas utilizam a leitura labial como estratégia para compreensão do que está sendo falado, portanto, no momento de gravação de vídeo aulas ou das aulas síncronas é importante que os (as) docentes se posicionem de frente para a câmera e falem devagar e com clareza para que o (a) estudante surdo tenha a possibilidade de realizar a leitura labial.

No caso de uso de slides é importante montar esse recurso sempre que possível associando textos a recursos visuais, como imagens, mapas mentais, infográficos, por exemplo. É recomendado apresentar juntamente com os textos um glossário com as palavras menos usuais ou que possam gerar dúvidas conceituais, considerando que a compreensão da língua portuguesa pela pessoa surda pode ser limitada. A mesma estratégia da produção de slides pode ser empregada na seleção ou elaboração de textos para estudantes com surdez.

Os Tradutores Intérpretes de Libras (TILs) da UFJF estarão presentes nas disciplinas que têm estudantes surdos (as). Recomendamos aos (às) docentes que enviem com antecedência os materiais que serão disponibilizados aos (às) estudantes durante as aulas para que os TILs possam se preparar, considerando que em muitos casos é necessário compreender termos técnicos e específicos das disciplinas ministradas.

Recomendamos que os (as) docentes entrem em contato com os intérpretes sempre que houver dúvidas em relação a apresentação de algum conteúdo. Nas turmas com estudantes surdos recomendamos que os (as) docentes priorizem as aulas síncronas, pois assim é possível realizar a interpretação. **No caso das atividades assíncronas, recomendamos que os (as) docentes contatem os (as) intérpretes para combinarem a possibilidade de, no horário da gravação da aula, ter intérpretes para realizar a tradução.**

As solicitações serão feitas exclusivamente pelos endereços eletrônicos **nucleo.nai@ufjf.br** e **interpretesdelibrasufjf@gmail.com**, constando as seguintes informações:

- **Solicitante:**
- **Setor/departamento/unidade da UFJF com nome de responsáveis;**
- **Descrição da atividade;**
- **Atendidos (surdos e surdas participantes);**
- **Assunto;**
- **Material base (arquivos, textos, vídeos ou apresentações relacionadas ao tema ou veiculadas no evento);**
- **Horário de início;**
- **Horário de término:- Plataforma;**
- **Contatos dos solicitantes.**

Em síntese:

- Faça contato com o (a) estudante para verificar qual plataforma de videochamada é acessível para ele (a);
- Durante as aulas, sejam elas gravadas ou uma live, fale sempre olhando para a câmera e de forma clara, articulada e pausada, para que as pessoas que realizam leitura labial possam acompanhar a aula;
- Em aulas gravadas, e mesmo em atividades síncronas, disponibilizar legenda em português. Na impossibilidade do uso de janela de Libras em atividades síncronas, sugere-se o uso de plataformas que disponibilizam a função de legenda em tempo real, como o Skype e YouTube.
- A legenda em tempo real tem falhas, por interferência de ruídos e da compreensão da dicção de quem fala, mas é um recurso válido;
- Informe ao (à) estudante que ele (a) pode realizar questionamentos pelo chat a qualquer momento;
- O docente pode estabelecer diálogo com o (a) estudante pelo chat mesmo que haja o apoio do intérprete, pois lembre-se que este último não é o (a) estudante.

## **II) Estudantes cegos ou com baixa visão:**

A pessoa com cegueira ou com baixa visão necessita de recursos específicos para ter acesso ao conteúdo e recursos utilizados nas aulas. No caso dos (das) estudantes com baixa visão é importante disponibilizar os textos e outros materiais escritos com letras em fonte ampliada. Usualmente utiliza-se a fonte Arial, tamanho 24 ou mais. O ideal é que o docente pergunte ao estudante qual o tamanho da letra que é mais acessível.

Além disso, ao elaborarem slides é importante atentar para o tamanho da fonte e o contraste de cores. O recomendado é que o slide tenha fundo branco e letra na cor preta. Estudantes com baixa visão costumam fazer uso de lupas de leitura. Se os (as) estudantes com baixa visão receberem o material com antecedência e em formato editável, conseguem fazer os seus próprios ajustes quanto à visualização do texto, podendo utilizar as ferramentas de lupa, ampliação e contraste existentes no próprio Windows.

Quanto ao uso de imagens, tanto para pessoas com baixa visão ou cegueira, é importante que todas as imagens venham acompanhadas de descrição. Existem alguns aplicativos que orientam nessa tarefa. Na seção de links importante indicaremos alguns deles. Caso a imagem não seja fundamental para a compreensão do conteúdo, sendo meramente ilustrativa, é recomendado que ela não seja utilizada. Ao ministrar vídeo aulas procure das informações completas sobre o que está sendo visto/mostrado, a fim de que um (a) estudante com cegueira ou com baixa visão tenha clareza do que está acontecendo. Caso sejam disponibilizados vídeos ou filmes já existentes, recomendamos que seja gravado um arquivo de áudio com a descrição do conteúdo dos mesmos.

No caso de pessoas cegas, a maioria delas utilizam leitores de telas e softwares que realizam a leitura do conteúdo apresentado no computador. Os recursos mais comuns são o DOSVOX, NVDA e JAWS. Para que seja possível a decodificação de textos através desses programas os arquivos não devem ser disponibilizados na forma de imagem ou figura. Os formatos recomendados são PDF (em formato texto) e WORD.

Em síntese:

- Faça contato com o (a) estudante para verificar qual plataforma de videochamada é acessível para ele (a);
- Sugere-se o uso de plataformas acessíveis a softwares leitores, como Google Meet e Zoom. Verifique com o (a) estudante a melhor plataforma;
- Ao iniciar a aula, seja ela gravada ou uma live, descreva o local e forneça todas as informações relevantes para que o (a) estudante se situe no espaço (caso o espaço/ambiente não se altere, basta informar ao (à) estudante que não houve mudança);
- Durante as interlocuções/debates, as pessoas que tomarem a fala devem se identificar, para que a pessoa cega perceba a voz e a reconheça futuramente;
- Ao fazer uso de imagens, tirinhas, fotografias, gráficos, tabelas ou outros elementos visuais inacessíveis às pessoas cegas ou com baixa visão, faça a descrição das mesmas;
- Slides também devem ser descritos. Evite colocar muitas informações e cores variadas, e dê preferência para fundo branco com letras pretas;
- Você pode consultar o (a) estudante para verificar a melhor opção;
- Repasse os slides ou conteúdos utilizados nas atividades síncronas antecipadamente para os (as) estudantes;
- Caso o vídeo não possua audiodescrição, faça uma nota explicativa (audiodescrição) das imagens que aparecem no vídeo.

Entendemos que se os princípios do DUA (apresentados na seção 2 deste documento) forem observados, os (as) estudantes com outras deficiências terão as suas necessidades específicas contempladas.



## IMPORTANTE

É importante dizer que todos os (as) estudantes com deficiência que solicitarem apoio do NAI terão o acompanhamento acadêmico de bolsistas de treinamento profissional.

Os (as) professores (as) que necessitarem de orientações acerca de estudantes com deficiência que estejam matriculados (as) em suas turmas podem fazer contato com o NAI.

Em caso de dúvidas e necessidades de apoio do NAI estaremos à disposição através do e-mail: **nucleo.nai@ufjf.edu.br**

### 3.3. Processos de avaliação

Com relação aos processos de avaliação no ERE, recomendamos que os docentes possam promover a flexibilização de prazos de atividades e de avaliações, bem como adequações nos objetivos e metodologias de ensino. No que se refere aos formatos de avaliação, sugerimos admitir diferentes formatos, possibilitando que os (as) estudantes com deficiência possam ter condições de realizar as avaliações resguardadas as suas especificidades.

#### 4. Links importantes para complementar o conhecimento sobre acessibilidade no ERE

- **Webinar sobre comunicação acessível:**  
<https://www.youtube.com/watch?v=wKHTd7ba-nA>
- **Live Vamos falar sobre documentos digitais acessíveis?**  
<https://www.youtube.com/watch?v=LQPRiI4WFEEV>
- **Como descrever uma imagem para uma pessoa cega?**  
[https://www.youtube.com/watch?v=Y2\\_0J772lnQV](https://www.youtube.com/watch?v=Y2_0J772lnQV)
- **Conteúdos digitais acessíveis.** <https://www.youtube.com/watch?v=o8CdSV2tR80V>
- **Reuniões inclusivas** [https://www.youtube.com/watch?v=fT\\_zJtEX39A&frags=pl,wn](https://www.youtube.com/watch?v=fT_zJtEX39A&frags=pl,wn)
- **Vídeo sobre e-mail acessível** <https://www.youtube.com/watch?v=uGI7t5C8TBo>

## 5. Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

COUREY, J. S.; TAPPE, P.; SIKE, J.; LEPAGE, P. Improved lesson planning with universal design for learning (UDL). **Teacher Education and Special Education**, nº36, 2012, p. 7-27. DOI: 10.1177/0888406412446178.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Invest. Práticas**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126-143, set. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-13722015000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-13722015000200008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 30 ago. 2020.

UNIVERSIDADE Federal de Juiz de Fora. **Resolução n. 33/2020**, de 14 de agosto de 2020.